

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
CURSO DE BACHARELADO EM FISIOTERAPIA**

Thales Avila Pedroso

**(TRANS)FORMAÇÃO! TRANSIÇÃO DE GÊNERO E FORMAÇÃO DE UM ALUNO
DE FISIOTERAPIA**

Porto Alegre
2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
CURSO DE BACHARELADO EM FISIOTERAPIA**

Thales Avila Pedroso

(Trans)formação! Transição de gênero e formação de um aluno de fisioterapia

Trabalho de Conclusão de curso realizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Fisioterapia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Adriane Vieira

Co-orientadora: Prof. Dr^a. Valéria Aydos

Porto Alegre

2022

**(TRANS)FORMAÇÃO! TRANSIÇÃO DE GÊNERO E FORMAÇÃO DE UM ALUNO
DE FISIOTERAPIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Fisioterapia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.**

Conceito Final:

Aprovado em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Prof^a. Dr^a. Adriane Vieira

Avaliador - Prof. André Luiz dos Santos Silva

Avaliador - Doutorando Vincent Pereira Goulart

RESUMO

INTRODUÇÃO: Os processos de nomeações de identidades de gênero e dos corpos foram convencionados sócio historicamente por um sistema de gênero binário, que exclui sócio institucionalmente todas identidades não-cisheternormativas, dentre elas as trans. A marginalização social histórica das pessoas trans sempre as mantiveram expostas a processos discriminatórios e violentos denominados de transfobias. Trazer aos espaços acadêmicos da saúde problematizações sobre como a reprodução da transfofia relaciona-se com os conceitos histórico culturais de sexo e gênero é uma maneira de compreender violências e legitimar vivências trans ocorridas nas formações profissionais. Este artigo trata de memórias e registros de escritas da minha trajetória e local de fala enquanto um homem trans, aluno do curso de graduação em fisioterapia em uma universidade pública no sul do Brasil.

OBJETIVO: Este artigo tem por objetivo analisar as experiências que marcaram e moldaram as minhas formas de existir e a minha trajetória de (trans)formação acadêmica e pessoal enquanto aluno trans em um curso de fisioterapia.

METODOLOGIA: Este é um estudo qualitativo, de cunho auto etnográfico e ancorado em técnicas de registro de cotidianos e memórias, coleta e análise documental. Como procedimento metodológico, foi realizada a coleta e a análise documental do Projeto Pedagógico e de alguns planos de ensino de disciplinas obrigatórias dos ciclos de vida trabalhados no curso, os quais foram costurados às memórias de episódios importantes desta trajetória, a partir de um olhar teórico-reflexivo. Os principais eixos de análise foram as temáticas referentes à construção de identidade de gênero, acadêmica e profissional; as barreiras encontradas nas trajetórias acadêmicas de pessoas trans; e, mais especificamente, os processos institucionais e burocráticos. As bases teóricas utilizadas nesta pesquisa foram dos estudos de gênero, feministas, a teoria queer e o transfeminismo.

CONCLUSÃO: As análises documentais costuradas aos registros de memórias apresentaram que houve uma lacuna na abordagem técnica/pedagógica das temáticas de identidade de gênero e sexualidade na minha formação profissional, as quais relacionam-se com algumas das múltiplas situações de transfobia estruturais vivenciadas dentro e fora dos muros universitários e corroboram com processos de estresse e adoecimento de minorias sociais.

Palavras chave: Identidade de Gênero; Transfobia; Educação Superior

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. ARTIGO	8
2 INTRODUÇÃO	9
3 A UNIVERSIDADE	10
4 A OCUPAÇÃO	17
5. FORMANDO-ME TRANSFISIOTERAPEUTA	18
6. TRANSFOBIA INSTITUCIONAL	19
6.1 SALA DE AULA E DOCÊNCIA	23
6.2 O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E O RETORNO AOS ESTÁGIOS PRESENCIAIS	24
7. FISIOTERAPIA E O CORPO NÃO NORMATIVO	27
7.1 1º DIA DE PRÁTICA NA PISCINA:	28
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
9. REFERÊNCIAS:	31
10. ANEXOS	34
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE HOMOCULTURA	34

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa trata-se do Trabalho de Conclusão de Curso de Fisioterapia da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID/UFRGS), para obtenção do título de Bacharel em Fisioterapia. A escolha do tema a ser pesquisado foi construída conforme fui percorrendo minha trajetória acadêmica, concomitante a processos importantes a minha afirmação de gênero enquanto um homem trans. Ao vivenciar a formação acadêmica de forma crítica pude perceber o quanto os debates e reflexões sobre as temáticas de identidade de gênero e sexualidade e existências não normativas ainda são insipientes nesta formação. A partir de vivências fora do meu ambiente curricular obrigatório passei a ver como é importante trazer essas temáticas para meu núcleo profissional.

A revista escolhida para a submissão deste artigo a *Revista Brasileira de Estudos de Homocultura*, que tem como Foco e Escopo:

A REBEH é uma Revista científica Interdisciplinar que publica contribuições originais dos diversos campos do conhecimento e em todos os níveis de formação, e também produções do ativismo social, segundo a política de cada sessão desde que relacionados ao escopo de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social e outros marcadores sociais da diferença em sintonia com os diversos campos dos feminismos. Seus números acolhem as reflexões autorais em fluxo contínuo. São aceitos manuscritos em português, inglês, espanhol e francês.

As normas exigidas pela revista para publicação são apresentadas ao final do trabalho (Anexo A).

1. ARTIGO

(Trans)formação! Transição de gênero e formação de um aluno de fisioterapia

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Os processos de nomeações de identidades de gênero e dos corpos foram convencionados sócio historicamente por um sistema de gênero binário, que exclui sócio institucionalmente todas identidades não-cisheteronormativas, dentre elas as trans. Este artigo trata de memórias e registros de escritas da minha trajetória e local de fala enquanto um homens trans, aluno do curso de graduação em fisioterapia em uma universidade pública no sul do Brasil. Este trabalho tem por objetivo analisar as experiências que marcaram e moldaram a minha trajetória de (trans)formação acadêmica e pessoal enquanto aluno trans em um curso de fisioterapia. **METODOLOGIA:** Este é um estudo qualitativo, de cunho auto etnográfico e ancorado em técnicas de registro de cotidianos e memórias, coleta e análise documental. Como procedimento metodológico empírico, foi realizada uma análise documental do Projeto pedagógico e de alguns planos de ensino de disciplinas obrigatórias dos ciclos de vida, os quais foram costurados às memórias de episódios importantes desta trajetória, a partir de um olhar teórico-reflexivo. Os principais eixos de análise foram as temáticas referentes à construção de identidade de gênero, acadêmica e profissional; as barreiras encontradas nas trajetórias acadêmicas de pessoas trans; e, mais especificamente, os processos institucionais e burocráticos. **CONCLUSÃO:** As análises documentais costuradas aos registros de memórias apresentaram que houve uma lacuna na abordagem técnica/pedagógica das temáticas de identidade de gênero e sexualidade na minha formação profissional, as quais relacionam-se com algumas das múltiplas situações de transfobia estruturais vivenciadas dentro de fora dos muros universitários e corroboraram com processos de estresse e adoecimento de minorias sociais.

Palavras chave: Identidade de Gênero; Transfobia; Educação Superior

Thales Avila Pedroso¹

Adriane Vieira²

Valéria Aydos³

2. INTRODUÇÃO

Os debates sobre identidade de gênero relacionada à existências trans, estiveram por muito tempo restringidos à áreas e abordagens biomédicas que historicamente produziram ideias patologizantes sobre a transgeneridade posicionando-a como uma incongruência dentro de um sistema que se baseia no dispositivo chamado cisheteronormatividade. Esse dispositivo molda culturalmente a sociedade a partir de processos que naturalizam hegemonicamente corpos e identidade que correspondam aos conceitos binários e biologicista de sexo/gênero, ou seja legítimas as cisgeneridades⁴ em detrimento das transgeneridades. Uma das formas de deslegitimação de pessoas trans dentro desse sistema são as violações de O sistema deslegitima e marginaliza as pessoas trans a partir da produção de um conjunto de discriminações e preconceitos denominados como transfobia. (GOULART, 2021)

Este artigo trata de memórias e registros de escritas da minha trajetória, sendo um corpo que vive a transgeneridade, inserido dentro da estrutura cisheteronormativa que neste trabalho uso do local de fala que ocupo enquanto um homem trans, aluno do curso de graduação em fisioterapia, em uma universidade pública no sul do Brasil, no período de finalização de minha formação, para propor a neste trabalho, uma reflexão sobre processos cisheteronormativos e de transfobia estrutural que vivenciei durante minha vida acadêmica.

Apresento neste texto uma análise teórico reflexiva sobre meu processo de (Trans)formação: minha transição de gênero e minha formação como aluno de fisioterapia, tendo as principais questões norteadoras: Quais espaços um aluno trans consegue ocupar dentro da Universidade? Como foi construída a ocupação dos espaços universitários, por um aluno trans, durante a graduação em fisioterapia (intra e extra muros)? Qual o espaço dos debates sobre transgeneridade nos cursos da saúde, e, mais especificamente, na Fisioterapia?

¹ Graduando em Fisioterapia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. thales.pavila@gmail.com

² Doutora em Ciências do Movimento Humano e Professora de Fisioterapia e Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – adriane.vieira@gmail.com

³ Doutora em Antropologia.

⁴ Pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi atribuído antes ou após o período do nascimento.

Quais foram meus locais de pertencimento e não pertencimento profissional desse aluno trans na universidade? E, mais especificamente, quais experiências de transfobias marcaram minhas (Trans)formações?

As bases teóricas utilizadas para esta escrita estão inseridas nos estudos de gênero, feministas, na teoria queer e no transfeminismo, e tiveram como inspirações Judith Butler, Jaqueline Gomes de Jesus e Viviane Vergueiro, entre outras/os, cujas as produções literárias questionam e problematizam as construções binárias de sexo e gênero na sociedade.

Para refletir sobre estas questões proponho um trabalho qualitativo de cunho autoetnográfico, que caracteriza-se como um procedimento metodológico que possibilita a compreensão sobre uma realidade social, podendo ser realizado a partir de um trabalho de campo para observação em lócus de práticas culturais dentro de um contexto social amplo, a fim de interpretar os dados de campo e estabelecer relações entre fenômenos específicos e reflexões teóricas (VICTORA, 2000). Para a autora Fabiane Gama (2020), as autoetnografias têm grande importância nos estudos do campo da saúde. Elas oportunizam o debate de temas a partir de perspectivas distintas, em que os saberes podem ser avaliados por locutores acadêmicos que têm suas vivências apresentadas a partir do seu lugar de fala.

Como material de pesquisa, foi realizada uma coleta de documentos, a qual contou com súmulas e planos de disciplinas, e o plano pedagógico do curso de fisioterapia (PPC), assim como o registro, em diário de campo virtual, de vivências e memórias acionadas entre março de 2016 até abril de 2022, sobre minha trajetória tanto de auto(re)conhecimento e (trans)formação em um homem trans, quanto durante a minha formação como fisioterapeuta. Por questões éticas o nome, imagens, documentos ou localizações referentes a Universidade, assim como qualquer outra instituição não serão identificados. Tal material foi, então, analisado na forma de descrições críticas e costurado com a literatura.

3. A UNIVERSIDADE

A análise do atual PPC, implementado no ano de 2018, e de súmulas da matriz curricular teve como objetivo identificar a presença das temáticas referentes à identidade de gênero e abordagens em saúde hegemonicamente cisheteronormativas. A análise dos documentos foi transversalizada por memórias e registros cotidianos que realizei de momentos em salas de aula, de relações com colegas, professores e pacientes, além das vivências em espaços externos à universidade, apresentados ao longo deste texto.

Meu ingresso na Universidade foi no ano de 2016, e a partir do segundo ano de curso, todas as alunas/os migraram para o novo PPC. Trago o relato da atualização de currículo como um momento importante, pois realizei uma leitura flutuante dos planos de ensino das disciplinas dos ciclos de vida, anteriores e posteriores à mudança de atualização do currículo: saúde da criança, saúde da mulher e do homem, saúde do adulto e saúde do idoso. Essas disciplinas juntas representam 18% do total de horas das disciplinas obrigatórias durante a formação.

Antes de detalhar minhas interpretações sobre essa análise, gostaria de trazer alguns dados de uma pesquisa recente desenvolvida por Angelo Costa (2015), que julguei importantes para discussão deste artigo, pois ela foi desenvolvida em uma instituição tradicional e centenária localizada também ao sul do país. O estudo em questão foi realizado com alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e apresentou/identificou que 80% dos estudantes expressavam algum grau de preconceito em relação à identidade de gênero não normativa e/ou diversidade sexual.

Interessante analisar que essa instituição não apresentava as temáticas de gênero e sexualidade de forma sistêmica nos currículos e que também não foi encontrada correlação entre tempo de permanência na universidade e a intensidade de preconceito expresso. Acho oportuno refletir sobre esses dados, pois o estudo apontou que mesmo após um longo período na universidade, houve uma grande expressão de preconceitos. A lacuna no currículo pode colaborar com o seguimento de reprodução de discriminações, pois a partir do momento em que não há espaços dentro da Academia para que ocorra a promoção reflexiva sobre LGBTfobias, nas diversas áreas de formação, o preconceito seguirá sendo reproduzido sem um trabalho pedagógico de combate a discriminação (COSTA, 2015).

Chamou minha atenção que no estudo de Costa et.al (2015) as áreas da saúde apresentaram intensidade de preconceito de baixo a moderado. Trago este dado junto às reflexões anteriores para justificar o meu objetivo ao analisar documentos curriculares do curso de fisioterapia, pois é preciso entender que tipo de reprodução pedagógica os alunos estão replicando socialmente enquanto profissionais.

A Tabela 1, logo a seguir, apresenta as súmulas da matriz curricular e dos cronogramas de trabalho das disciplinas pré e pós atualização curricular.

Foi possível identificar que a atenção integral às necessidades em saúde durante todas as abordagens dos ciclos de vida, foram hegemonicamente cisheteronormativas. A disciplina de Saúde da Mulher e do Homem, apresenta temáticas como aborto, sexualidades, relações

sexuais, direitos reprodutivos, gestação, planejamento familiar, disfunções sexuais, disfunções miccionais, cirurgias de mama, entre outros assuntos, e em nenhuma das

Projeto Pedagógico do curso de Fisioterapia (2016)		Projeto Pedagógico do curso de Fisioterapia (2018)
Disciplina	Súmula	Súmula
Saúde da Criança e do Adolescente	Da neonatologia à puberdade: aspectos anatomofisiopatológicos, epidemiológicos e a atenção integral à saúde cinético-funcional da criança e do adolescente. Prevenção, avaliação e reabilitação das principais afecções ortopédicas, cardiovasculares e circulatórias, respiratórias e neurológicas que afetam a criança e o adolescente.	Da neonatologia à puberdade: aspectos anatomofisiopatológicos, epidemiológicos e a atenção integral à saúde cinético-funcional da criança e do adolescente. Prevenção, avaliação e reabilitação das principais afecções ortopédicas, cardiovasculares e circulatórias, respiratórias e neurológicas que afetam a criança e o adolescente.
Saúde da mulher e do Homem	Aspectos anato-fisiopatológicos, epidemiológicos e a atenção integral à saúde urogenital da mulher e do homem. Reprodução e planejamento familiar. A saúde da mulher nas diversas fases do ciclo reprodutivo. A gestação e o parto. Neoplasias e cirurgias de mama. O cuidado, a estética e a saúde da mulher e do homem. Políticas públicas direcionadas à saúde da mulher	Aspectos anatomo-fisiopatológicos, epidemiológicos e a atenção integral à saúde urogenital da mulher e do homem. Reprodução e planejamento familiar. A saúde da mulher nas diversas fases do ciclo reprodutivo. A gestação e o parto. Neoplasias e cirurgias de mama. O cuidado, a estética e a saúde da mulher e do homem. Políticas públicas direcionadas à saúde da mulher e do homem.

	e do homem.	
Saúde do Adulto	Atenção integral à saúde cinético-funcional no paciente adulto. Revisão de aspectos anatômicos, fisiopatológicos e epidemiológicos de alterações musculoesqueléticas, neurológicas e cardiorrespiratórias. Prevenção e tratamento fisioterapêutico relacionado às principais doenças das áreas musculoesqueléticas, neurológicas e cardiorrespiratórias. Raciocínio clínico aplicado à proposta de intervenção na saúde do adulto.	Atenção integral à saúde cinético-funcional no paciente adulto. Abordagem de aspectos anatômicos, fisiopatológicos e epidemiológicos de alterações musculoesqueléticas, neurológicas e cardiorrespiratórias, bem como avaliação, prevenção e tratamento fisioterapêutico relacionado com as modificações dos diferentes sistemas. Raciocínio clínico aplicado à proposta de intervenção à saúde do adulto com vistas à manutenção e ganho da capacidade funcional do adulto.

Saúde do Idoso	Aspectos relacionados com o processo de envelhecimento e as patologias geriátricas. Métodos preventivos para um envelhecimento saudável. Aspectos psicossociais, anatomofisiopatológicos, epidemiológicos e cinético-funcionais do idoso. Educação, promoção, prevenção e reabilitação das principais afecções relacionadas ao envelhecimento.	Aspectos relacionados com o processo de envelhecimento, as patologias geriátricas, as perdas de capacidade funcional e as políticas públicas definidas para essa população. Aspectos psicossociais, anatomofisiopatológicos, epidemiológicos e cinético-funcionais do idoso. Cuidados Paliativos no idoso.
----------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 1. Apresenta dados referentes às súmulas de disciplinas obrigatórias dos ciclos de vida anteriores e posteriores à alteração do atual currículo do curso de fisioterapia.

aborgagens durante as aulas ouvi sobre vivências ou realidades relacionadas à população LGBTIA+, não ao menos de maneira repetosa e não estigmatizadora.

A partir da comparação entre as súmulas, identifiquei que se manteve a ausência de temáticas sobre identidades de gênero e de sexualidade. Pontuo, ainda que meu trabalho se proponha refletir sobre temáticas relacionadas a identidade de gênero e cishetenormatividades, considero uma grande lacuna que temáticas como raça, classe, machismo, povos tradicionais e capacitismo, também não estejam presentes nas súmulas. Ainda que o objetivo do curso, descrito no Projeto Pedagógico apresenta que a formação das/os egressas/os deve contemplar a atenção integral aos determinantes de saúde nas dimensões biopsicossocioculturais do ser humano, ao cursar esse disciplinas não tive qualquer aula sobre saúde interseccionada com as temáticas citadas.

Durante uma aula em que o conteúdo era disfunção erétil de pessoas com anatomia genital peniana, a turma ouviu, com desconforto, uma convidada comentar sobre “dicas” para identificar os comportamentos e trejeitos de um gay, pois segundo essa palestrante “a gente sabe quando é”. Enquanto um homem trans que se identifica fora do espectro da sexualidade cisnormativa, me senti completamente enojado naquele momento, com raiva, pois o que ficou legitimado enquanto conduta, foi aquela fala homofóbica e desumana. Neste dia eu tentei questionar, mas a resistência dos argumentos do outro lado me fizeram preferir silenciar. Ali senti o que Djamilia Ribeiro (2019) descreve como a autorização hierarquizada da fala entre os sujeitos. Afinal meu silêncio não foi um concordar com a situação, mas sim entender que ali os meus questionamentos não seriam permitidos.

“Numa sociedade supremacista branca, patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais?... Existe espaço para legitimidade?”

(Djamila Ribeiro, 2019)

A nomeação do outro a partir da afirmação de que “a gente sabe quando é” deixa explícita a imposição da hegemonia hetenormativa para interpretar e julgar a sexualidade do outro, para definir papéis a todos que estejam fora da norma. Eu pergunto, e quando não se sabe o que é? Nesse caso a heteronormatividade responde, ela atua como uma norma que enquadra enquanto natural e superior tudo referente ao modelo heteronormativo, e esse natural é inquestionável. Logo, não existe o que não se sabe, há apenas o que está fora do modelo normativo (MISKOLCI, 2007).

Essa imposição normativa se estende para as problemáticas relacionadas à identidade de gênero. Judith Butler (2001) descreve a hetenormatividade enquanto uma matriz que exprime controle sobre os corpos, regula e impõe uma hierarquização violenta às existências, à medida que essas apresentam alguma “incongruência” com a representação binária e performática entre sexo/gênero (cisgênero): masculino/homens e feminino/mulheres, sendo atribuído a este corpo a ininteligibilidade existencial enquanto um sujeito social.

A materialização dessa ininteligibilidade esteve presente durante toda a minha formação. Até a chegada ao 8º semestre de graduação, eu não tinha ouvido falar sobre a saúde da minha identidade dentro da minha formação curricular obrigatória. A temática LGBTQIA+.

A partir do momento em que foi oferecido um espaço para ocupação de locais de fala sociais a duas pessoas trans para falarem de saúde trans, as localizações e hierarquias de ensinamentos sofreram um rompimento. Rompemos uma estrutura social que nos coloca hegemonicamente em locais de silenciamento, como no fato narrado na aula de Saúde da Mulher. Não estávamos dando aula enquanto vivências individuais, mas sim refutando relações de poder cisgêneras ao existir em um lugar onde até então a população trans não havia ocupado (RIBEIRO, 2019).

Ainda que estruturalmente aja grandes déficits e retrocessos quanto ao debate de gênero e sexualidade na educação Brasileira, representado pela ausência desses temas no atual Plano Nacional de Educação (válido até 2024), o corpo docente tem um compromisso social, ético e político de contribuir com o combater a preconceitos e discriminações por meio do que se produz e reproduz na academia. (COSTA, 2015).

Esses primeiros questionamentos que apresentei surgiram a partir de incômodos e embates pessoais em relação ao meu sentimento de desencontro durante minha trajetória acadêmica. Chegando no final da formação, ao retomar caminhos que percorri, pude revivenciar o quanto eu não me senti integrado à formação enquanto um homem trans fisioterapeuta. Alguns momentos foram grandes pontos reformuladores de sentidos sobre o que era estar na universidade e como ser um aluno se relacionava com a minha identidade. Para iniciar esse compartilhamento, apresento um dos primeiros momentos catárticos de autoconhecimento que estão diretamente ligados com a intensificação do meu processo de autoconhecimento como um homem trans.

4. A OCUPAÇÃO

Começo essa narrativa a partir de um movimento estudantil que marcou a forma como vivi a graduação. Denominada como A Ocupação - ou Ocupa para os íntimos - ocorreu no final do ano de 2016, entre os meses de novembro e dezembro. Foi um movimento realizado em diversos campus da universidade. O objetivo da organização era apresentar um posicionamento político contrário frente a votação do Projeto de Emenda Constitucional Nº55/2016, que propôs um teto de gastos à Educação e Saúde pelo período de 20 anos.

Esse foi um evento crítico na minha trajetória, pois lá pude experienciar os mesmos espaços acadêmicos formais de ensino, a partir de uma perspectiva social e coletiva muito diferente do que eu estava acostumado a viver durante as aulas ou em períodos de lazer no campus. Durante esse período enquanto *ocupante*, pude assumir algumas posturas e comportamentos em relação a minha identidade como eu nunca havia feito socialmente. Essas vivências contribuíram para que a universidade fosse um primeiro local de afirmação e expressão segura da minha identidade. Na Ocupa, eu podia usar o banheiro que me sentisse mais confortável, passei a utilizar os adereços e roupas com os quais eu me reconhecia e, o mais importante, encontrei uma rede de apoio coletiva, pois eu passei a sentir que minha subjetividade poderia caber dentro do meu papel de aluno. Esse evento foi, portanto, um marco (trans)formador das lentes as quais eu utilizava para analisar a minha formação.

Quando eu retornei ao campus, fora do contexto da Ocupação, o ensino formal voltou, mas meu olhar não era mais o mesmo. A partir de então, no decorrer da minha transição social e corporal, passei a observar-me à parte em alguns espaços, sozinho em outros tantos. Também passei a questionar algumas formas binárias de ensino da fisioterapia, que não contemplavam a mim e outras tantas pessoas fora da cisheteronormatividade. Durante os períodos de formação, lidei com algumas situações de transfobia, desrespeito e tive que aprender a adotar muitos autocuidados⁵, relacionados a vigilância em performar a cisgeneridade para compartilhar espaços cis de forma segura. Alguns desses momentos estão descritos a seguir.

5. FORMANDO-ME TRANSFISIOTERAPEUTA...

⁵ Ações referentes a minha performatividade ao expressar minha identidade nos ambientes. Dependendo do local eu posso expressar mais ou menos características da minha subjetividade que estão fora da cisheteronormatividade (uso de adereços, roupas, pintar as unhas, deixar o cabelo preso ou solto). Uso este policiamento para evitar situações de exposição em relação a minha identidade de gênero.

Importante contextualizar que me considero trans desde a minha infância, essa demarcação foi socialmente realizada desde a primeira vez em que fui repreendido pela forma como eu expressava minha identidade julgada como fora da cisheteronormatividade, dizendo-me ser um incongruente.

Após A Ocupação, senti que ainda ressoavam sentimentos e sensações corporais relacionadas à maneira em como eu havia compartilhado espaços na universidade, com maior liberdade e autonomia. Muitas coisas mudaram pra mim, principalmente quanto ao autoconhecimento em relação ao meu gênero. Durante os semestres seguintes, iniciei um processo de transição social anunciada, comuniquei a alguns familiares, colegas, amigos e professores sobre a minha identidade de gênero como um homem trans. Dessa ação seguiram-se inúmeras mudanças, muitas delas institucionais, relacionadas a minha ocupação nos espaços como uso de banheiros, à reivindicação do correto uso de pronomes e respeito a meu nome social - reivindicações relacionadas a espaços de ensino que marcam transfobias institucionais.

6. TRANSFOBIA INSTITUCIONAL

O objetivo da inclusão do nome social nos sistemas é o de não expor o nome civil das pessoas trans (DECRETO Nº 8727/2016). O uso do nome social pode ser incluído em alguns registros acadêmicos a partir de uma decisão do Conselho Universitário. No entanto, ainda que eu tenha incluído meu nome social no sistema da instituição, todos os meus documentos referentes a declarações, certificados, atestados de matrícula, sempre expuseram meu nome civil. Essa configuração burocrática desconsidera toda a minha existência enquanto aluno fora dos muros da universidade. (LANZ, 2016)

Como exemplo, relatarei três situações de transfobia institucional: a primeira foi ao realizar o processo de recontração de um estágio não obrigatório, cujo contrato estava com meu nome social. Quando enviei meu atestado de matrícula recebi uma mensagem informando que minha documentação não havia sido aceita pois estava com nome de “outra estagiária”.

Isso me diz o quanto a instituição denomina até onde eu posso ser um aluno trans, a partir de seus dispositivos implementados de forma incongruente com o real objetivo. Visto que quando assumi aquele estágio, fui enquanto estudante, logo aquele era o ambiente universitário complementar a minha formação.

A segunda situação ocorreu com cartão de transporte escolar. Em 2018, fui barrado na catraca do ônibus pois a câmera que faz o reconhecimento das pessoas ao utilizar o cartão, não me reconheceu. Até esse momento era o meu nome civil que constava na identificação do cartão. Fui até o atendimento do serviço de transporte, e atualizei a foto no cadastro do sistema. Deveria ser mais fácil já realizar a atualização do cartão com nome social, porém nada é tão simples quando se trata de burocracias de pessoas trans! Infelizmente são bastante recorrente situações de discriminação ou estigmas quando ao procurar instituições que regularizam cadastros de referencia ao uso do nome social, o que muitas vezes culmina no não acesso a direitos (LANZ. 2016)

Vamos para 2019. Eu estava voltando para casa, após trabalhar como fiscal no vestibular da Universidade onde estudo (veja só, cumprindo funções intimamente ligadas à Universidade), quando, ao entrar no segundo ônibus para ir para casa, já à noite, coloquei meu cartão de transporte na leitura e o cobrador me barrou: “peraí cara, esse cartão não é teu!”. Eu imaginava que talvez um dia isso fosse acontecer, então eu expliquei que era um homem trans e ele “não, não quero saber, tu quer tirar uma com minha cara?”. Eu propus mostrar meus documentos, e expliquei o que era a carteira social, porém quando ele encarou meu RG, minha carteira de nome social e meu Cartão de transporte escolar, ficou visivelmente indignado e disse “aqui não, tu não vai passar, pode descer!” Pra mim, naquele momento eu tinha duas opções: confrontá-lo ou descer e ficar sozinho em uma parada vazia à noite. Escolhi confrontá-lo, e confesso que fiquei com bastante receio de sofrer alguma violência física. Afirmei que não iria descer, e após duas negativas verbais dele e retóricas minhas quanto a sua imposição, segui no ônibus, porém não pude passar pela catraca.

Voltei para casa pensando: do que valia aquela atualização de foto um ano antes? Decidi realizar a inclusão do meu nome social no cartão para evitar um novo constrangimento. Fiz a solicitação no Diretório Acadêmico e assinei um termo requerendo a mudança. Ao chegar no atendimento do serviço para solicitar o cancelamento do cartão antigo e a emissão de um novo com meu nome social, passei por 4 pessoas. Eu expliquei a situação, uma a uma, e elas simplesmente não conseguiam entender o que tinha que ser feito e seguiram-se perguntas como:

“tu é homem ou mulher?”

“essa carteira é o que?”

e a conversa entre eles tentando explicar uns aos outros (na minha frente):

“não, tu não entendeu ele é um menino”

“ta mais porque tá esse nome aqui, tu quer mudar o nome do cartão porque, mas tu se chama como mesmo?”

Tudo caótico e confuso assim mesmo.

Quando tive o cartão em mãos, a identificação estava com meu nome civil, e ao questionar recebi a seguinte sugestão:

“Porque você não fica com esse até arrumarem o outro.”

Eu respirei fundo e disse, ‘moço, tu não tá entendendo o que está acontecendo aqui!’. Expliquei a situação, devolvi o cartão e tive que aguardar mais 2 meses para que a emissão fosse corrigida. Veja, os caminhos burocráticos não são preparados para as pessoas trans.

Esses eventos apresentam vivências cujos sentimentos dialogam com o que Letícia Lanz (2016) escreve quanto ser uma pessoa trans: é ao mesmo tempo ser um *não-ser*. Pois, ainda que eu tenha o reconhecimento social materializado em muitos locais, institucionalmente eu acabo sendo inteligível para a matriz cisheteronormativa; e essa posição de inexistência institucional me destitui como um sujeito social de direito.

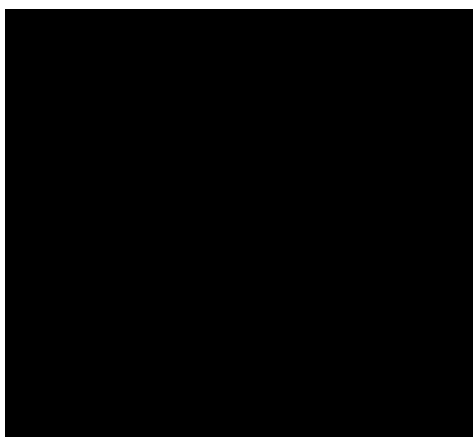
No último ano de formação (nono e décimo semestres), passei vinte semanas em estágio obrigatório no ambiente hospitalar, sendo 10 no semestre letivo 2021/1 e 10 no de 2021/2. Durante todo esse período, tentei resolver uma situação de transfobia institucional, em que meu nome civil esteve diariamente exposto no sistema da instituição, onde fazia a evolução dos pacientes atendidos. Realizei 2 ouvidorias, busquei apoio de professores, de colegas e coletivos, foram enviadas duas cartas ao setor de identificação do Hospital e uma à direção da instituição, e nada foi resolvido.

No dia-a-dia, isso requeria alguns autocuidados como: o local onde eu iria abrir o sistema para registrar minhas condutas com os paciente, pois evitava fazê-lo perto de outras pessoas, uma vez que ao abrir meu perfil, um boas vindas com meu nome civil em fonte tamanho vinte era exibido na tela. Durante todo o meu período de estágio, todas as minhas condutas como estagiário de fisioterapia ficaram com meu nome civil e a partir desse registro minhas condutas eram avaliadas pelas preceptoras/es e professoras/es.

Algumas preceptoras perguntaram sobre a situação, de forma muito gentil e receptiva, para entenderem o que estava acontecendo, porém eu não queria ter que falar sobre esse assunto naquele espaço. O fato de eu ter que explicar a situação e falar sobre a minha identidade em um local onde eu em nenhum momento concetti essa ação, demonstra como o *cistema*, reforça a categoria de identidade de gênero atribuída somente às pessoas trans, afinal as pessoas cis não são questionadas sobre a sua identidade (RODOVALHO, 2017). Vincent Goulart (2021) descreve, a partir da interpretação de Silvio de Almeida (2018), que a

cisgeneridade, quando a frente de pessoas trans, tem que confrontar suas crenças e verdades em relação a construção do que é gênero, sexo e sexualidade. Naquele momento eu fui questionado, pois estava borrando as fronteiras do que é considerado aceito dentro das afirmações de gênero hegemonicamente reproduzidas (GOULART, 2021; FAUSTO, 2002).

Durante o meu segundo semestre de estágio, esta instituição hospitalar recebeu uma premiação que a classificou como um dos 10 melhores hospitais para se trabalhar no país. Essa honraria, foi digna de comentários dos colaboradores nos corredores e uma decoração na



entrada do prédio que segue descrita na Imagem 1 a seguir.

Imagem 1. Por questões éticas a imagem original não será exibida.

Descrição da imagem: painel alusivo à premiação, em material de vidro no formato quadrado, com cores em tons de azul esverdeado. Na metade inferior deste quadro há dezenas de fotos de rostos posicionados lado a lado, representando profissionais da instituição. À direita, no canto superior há dentro um balão branco a seguinte frase “Você está entrando em um dos 10 melhores hospitais do Brasil para se trabalhar.”

Quando me deparei pela primeira vez com o painel descrito acima, tive uma imensa vontade de chorar, de gritar aos quatro cantos sobre o quanto eu me sentia machucado com o que estava acontecendo. A partir deste dia, sempre ao sair na porta do hospital, eu olhava para o painel e pensava “esse lugar não é pra mim”, essa frase tornou-se “eu não quero mais estar aqui”. Senti um alívio com misto de raiva, quando no último dia de estágio nesta área, realizei minhas últimas evoluções de atendimentos e vi meu nome civil exposto.

Achei bastante significativo, o quanto eu tive que tensionar o corpo docente para receber uma manifestação de apoio, mesmo após comunicar a situação ao curso e as/os professoras/es responsáveis por mim no hospital. Durante todas as minhas avaliações

enquanto aluno, eu nunca fui questionado sobre a resolução do problema ou como eu estava me sentindo. Eu me sentia completamente sozinho, muitas vezes erraram meu pronome de tratamento, sem a preocupação ética e humana de correção ou uma atitude que demonstrasse importância com o erro. Eu levava comigo esses sentimentos de solidão e injustiça, e isso não me fazia bem.

Essa situação pode ser denominada como o que Meyer (2015) descreve como *estresse de minoria*, que caracteriza-se por estressores relacionados ao estigma e preconceito direcionado a pessoas LGBT, que pode levar as pessoas a estados de adoecimento psíquico e físico. Ter enfrentado muitas dessas situações praticamente sozinho, me machucou bastante e acredito que potencializaram os incômodos que vivi. Ainda que eu tenha seguido com minhas convicções e resiliência, apoio que recebi não foi capaz de legitimar o que eu estava vivenciando ou nem foi tornar minha vivência no estágio mais acolhedora.

6.1 SALA DE AULA E DOCÊNCIA

Passei a reivindicar o uso do meu nome social no ano de 2017, no início de cada primeiro dia de aula das disciplinas do semestre letivo 2017/2 eu ia até a/o professora/or explicar que eu era um aluno trans e que gostaria de ser chamado pelo meu nome social. Todas/os foram receptivos à solicitação, no entanto, após a realização de uma prova, fui informado gentilmente que precisaria reassar minha prova com meu nome civil para evitar qualquer problema posterior. No primeiro momento eu lembro de achar que esta ação fazia sentido, porém quando tive que me dirigir a universidade em um momento fora da aula da disciplina, entrar em uma sala sozinho com a pessoa responsável pela avaliação e escrever meu nome civil naquele papel, eu senti que eu não existia. Não importava se na sala havia 30 pessoas que presenciaram eu realizar a prova, e todos me chamassem pelo nome que me representava.

Após essa situação, procurei uma professora do curso de fisioterapia que eu tinha proximidade e contei sobre a situação da prova. Ela me informou sobre o direito da inclusão do nome social nos registros acadêmicos na universidade. Prontamente realizei os trâmites burocráticos para utilizar deste recurso. No entanto, mesmo com nome social adicionado a chamada (ainda que sempre em letra minúscula - diferenciado dos nomes civis dos colegas), lembro de uma aula em que após realizar uma pergunta, eu humilhantemente tive que repetir o meu nome três vezes seguidas para quem estava ministrando a aula. Nitidamente aquela pessoa não conseguia conceber a ideia de quem eu era. A minha auto identificação está dentro

de muitas dimensões sociais, ela sozinha não define a existência de um indivíduo, pois há sempre uma negociação entre os sentidos do que eu sou e do que o outro interpreta de mim (RODOVALHO, 2017). Da primeira até a terceira vez em que repeti meu nome, minha voz foi saindo cada vez mais baixa, até que uma colega falou junto comigo, em um alto tom “o nome dele é ..., ouviu é ...”. Eu estava a ponto de sair da sala de aula, pois quando a resposta da pergunta que fiz foi dada, minha atenção estava centrada apenas em conter a vergonha e a raiva que estava sentindo (essa situação ocorreu durante a mesma disciplina na qual tive que reassar minha prova).

6.2 O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E O RETORNO AOS ESTÁGIOS PRESENCIAIS

Em 2020, com o início da pandemia de Covid-19, a universidade adotou o Ensino Remoto Emergencial (ERE), e, dentro deste modelo, cursei os dois últimos semestres de aulas teóricas (sétimo e oitavo). O processo de estar longe do ambiente universitário me deixou mais confortável por muitos motivos, sendo alguns deles o fato de eu me sentir mais seguro permanecendo mais em casa, por conseguir acompanhar as aulas e ainda estudar sobre os conteúdos, algo que pra mim era mais difícil de realizar durante o ensino presencial. Senti que aprendi mais os conteúdos e com toda a certeza tive maior assiduidade nas aulas comparado aos semestres anteriores. Antes das aulas serem reiniciadas com o ERE, fui contratado para um estágio não obrigatório que acredito ter auxiliado no meu processo de autoconfiança e pertencimento profissional. Nesse estágio, a minha integralidade enquanto aluno sempre foi considerada, respeitada e valorizada. E isso eu não tinha vivenciado dentro da universidade.

Ao finalizar dois semestre no módulo de ensino à distância, eu estava à beira dos estágios obrigatórios que seriam presenciais e me sentia um profissional fragmentado, com receio dos encontros com o aluno anterior ao ERE que não cabia mais em quem eu tinha me tornado. O poema abaixo descreve um pouco deste sentimento, ele foi escrito para atividade de uma disciplina, sobre o relato das aulas no contexto de pandemia.

Faz um ano que tem sido cada dia mais difícil separar meus “eus”
E já não há mais razão pra fazê-lo,
sou esses tantos sensíveis, técnicos, confusos, intensos e por vezes desconhecidos
sentimentos.
Que não pareciam caber na palavra estudante,
e eu não podia nem ao máximo do esforço transcendental de minha criatividade,
premeditar ser esse estudante.

Ele é visceral ao máximo,
e acompanhá-lo assim me fez demasiadamente ácido.
Ele me aconselha sempre a tentar mais um dia, mas nem sempre tá aqui.

SIM, eu reclamo, dele, pra ele.
Ele ao mesmo tom reclama de mim, pra mim.
Mas é duro, cada dia é mais duro.
Tem sido duro lidar,
aceitar,
só que ele aceita tudo.
E a gente não se separa...
Mas esquecemos um do outro um pouco.
Por vezes vimos que reatamos por uma conveniência.
Desde de que ele me disse “eu sou mais tu, do que tu criou sobre mim”
Nesse dia abrimos nosso relacionamento.
Conto dele assim distante,
pois são assim nossos dias,
eu já não vejo mais seus companheiros
e seus olhos são de uma eterna cor chamada falta.
Têm dias que ele bagunça tudo aqui dentro,
incansavelmente, até não conseguir entender o que criou,
discute aos 4 ventos consigo,
sobre o desespero de se desesperar,
e nos dias seguintes assume um silêncio pra se curar um pouco.
Pede o peito pra um repouso,
recobra os conceitos de tudo que rasgou e jogou pro ar, e senti,
como a neve que nunca viu, o frio quente que também nunca havia sentido,
de encontrar-se com o “ele” diferente.
Mas quem foi que criou,
agora tu pergunta quem é quem?
Sei eu quem é quem,
eu nem sei como vivo o que vivo!

Eu nunca pergunto a ele sobre tudo isso!!
Sei o que ele busca, pois sinto.
Sei do que ele foge, pois tenho os mesmos medos.
E sei o que lhe falta, pois carregamos idênticos buracos.

Tem sido assim os dias há mais ou menos um ano,
o estudante tem se fundido as esses tantos “eus”
que mesmo quando eu não sou um deles, ele é!
E dá pra explicar?
Acho que não!
Legenda: Autor

É importante apontar que a minha experiência com o ERE foi interseccionada por privilégios sociais e econômicos não vivenciados por muitos alunos da UFRGS. Nesse período, eu compartilhava a casa com 3 amigas (minha família social), consegui um emprego logo no

início da pandemia e contei com apoio da minha rede familiar biológica e social, e esse apoio fez muita diferença.

O fato de ter passado esses dois semestres estudando à distância, foi criando uma certa insegurança com a volta para as práticas de estágio obrigatório que seriam presenciais. Restavam 2 semestres finais (nono e décimo) de práticas clínicas com atendimento em ambientes hospitalares e ambulatoriais. O que me deixou bastante tenso foram os receios quanto a como eu seria tratado por outros núcleos profissionais aos quais eu compartilharia espaços.

Lembro do primeiro dia em um dos estágios em que eu fui apresentado à estrutura do local X pelo Diretor do estabelecimento, junto a uma professora. O tempo todo durante essa “conversa”, fui chamado pelo pronome errado e ainda tive que ouvir uma piada extremamente machista. Eu me senti completamente sem respaldo e desrespeitado. Esperava uma posição de quem estava ali responsável por mim enquanto aluno, enquanto um indivíduo que também sente, que também tem direito de respeito a sua forma de existir. Nesses momentos, minha vontade era somente sair e deixar as pessoas falando sozinhas, se isso não importa pra elas, eu realmente não sentia que deveria estar ali.

A prática clínica, os vínculos com as/os pacientes, o contato com minhas colegas resignificaram a primeira impressão. Porém sempre nesse dia de prática, no local X, em algum momento os meus pronomes de tratamento foram desrespeitados, ou seja, naquele local as regras da universidade que me “garantiam” o direito de ser tratado pelo meu gênero no ambiente universitário não valiam ali.

A solidão existencial ocorrida em muitos espaços, gerou em mim diversas vezes a sensação de “estar ficando louco” e esse lugar da loucura desviante é uma sintomatologia histórica, imposta pela sociedade às expressões de identidade trans como forma de reprimi-las e deslegitimá-las (RODOVALHO, 2017). Um pouco antes do início dos estágios finais eu pensei que os sentimentos e insegurança que eu estava sentindo não podiam ser reais, que iria ser super tranquilo, que eram coisas da minha cabeça, mas infelizmente não eram.

A ida para os estágios hospitalar foi marcada pela construção de uma impressão positiva, pois esta era a área a qual eu tinha menos afinidade antes do estágio, porém ao final saí com um, inclusive em relação ao aprendizado e a algumas relações que criei com preceptoras/es. Porém essas vivências coexistiam com a situação desagradável e humilhante de exposição do meu nome civil no sistema da instituição, violência que atravessou todos os dias a minha prática enquanto fisioterapeuta.

7. FISIOTERAPIA E O CORPO NÃO NORMATIVO

Durante minha trajetória acadêmica, houve 3 momentos de práticas em ambiente aquático que foram marcantes: duas são em disciplinas obrigatórias teórico-práticas (sendo uma delas com a turma e outra com atendimento a pacientes) e a última no estágio obrigatório (com atendimentos a pacientes).

Minha primeira experiência no ambiente aquático foi temida por muitos semestres. Pois eu tinha muita insegurança sobre como iria ser a minha vestimenta; eu poderia usar sunga? Se sim, como seria a reação das pessoas à volta? Se não pudesse, como eu iria me sentir ao usar uma roupa muito justa que ressaltaria meu seios de uma forma com a qual eu me sinto muito desorganizado, imaginar essa cena me deixava sem reação, sem conseguir entender quais ferramentas eu poderia para me ajustar a uma situação que parecia não caber em mim.

No ano de 2020, o primeiro semestre letivo iniciou em 09 de março, neste dia eu soube que pela primeira vez eu teria a tão temida prática na piscina, no dia 16/03. Comprei minha roupa dia 14 (posterguei ao máximo lidar com a situação). Eis que à tardinha do domingo (15/03/2020), a Universidade declarou o adiamento do retorno das aulas por conta da epidemia do Covid-19. Neste momento, a ansiedade da piscina foi embora enquanto outras preocupações sanitárias tomaram conta.

Em março de 2022, eu retorno ao *looping* de 2020, agora já nos estágios finais da graduação em modo presencial. Eu teria que enfrentar um módulo de atendimento a pacientes na piscina. Meu primeiro dia foi precedido de muita ansiedade, enquanto eu via meus colegas preocupados com os conteúdos e dificuldades deste novo estágio, eu só pensava em como iria ser estar lá de sunga (pois era a forma que eu me sentiria bem), o resto eu veria depois, eu precisa garantir que eu ia conseguir chegar e me manter emocionalmente inteiro até o final daquela prática.

O que eu estava vivenciando é chamado de disforia social, que são os processos transfóbicos em relação às diversidades corporais de pessoas trans (VALE, 2019). As intolerâncias são jogadas contra as pessoas trans (por meio de xingamentos, violência física, violência virtual) como se a apresentação de um corpo fora da cisheteronormatividade fosse um problema (ressonância da patologização) ao qual quem deve resolver são as pessoas trans; há uma individualização da questão. Uma prova disso é que recorrentemente a essa opressão é

chamada de “disforia corporal” ou “, sendo associada a pessoas trans sem uma análise de quanto a produção desse desconforto vem do social, do fato de ter que esconder partes do corpo, como se fosse um sentimento das pessoas trans e não tivesse relação com cisgeneridade violentar qualquer corpo não-cis.

7.1 1º DIA DE PRÁTICA NA PISCINA:

Pela primeira vez, fui para faculdade sem top, foi estranho e ao mesmo tempo um tanto libertador, visto que eu detesto usar top. Chegando na universidade, fizemos uma rodada de discussão dos casos e minha cabeça estava concentrada em conter a ansiedade e me manter calmo. Sentia o suor frio escorrendo pelo tronco.

Ao “vamos lá pessoal” um frio na espinha, um respirar fundo e eu fui, a separação territorial entre esquerda (masculino) e direita (feminino) já demarcava um posicionamento a minha mente e corpo, pois agora não haveria capas e artefatos para disfarçar minha transgeneridade, seria eu e minha construção corporal desnudos da cisgeniridades.



Imagem 2.

Legenda: Porta de entrada do vestiário masculino (Autor).

A troca de roupa foi tranquila, encarei junto com meu único colega de curso e de vestiário, com muita naturalidade, o que me deixou um tanto aliviado. Fomos juntos do vestiário até a piscina.

A chegada na piscina foi bastante desconfortável, senti literalmente na pele os olhares de acompanhantes dos/as pacientes assim como de quem chegava para realizar a atividade de natação, na piscina ao lado.

No vestiário e na beira da piscina pude usar da segurança de estar com meus colegas para devolver as encaradas e o desconforto aos homens cis que me olharam perceptivelmente embaraçados.

Os olhares e ofensas mais agressivos sempre vem dos homens cis. Ali não foi diferente, o que diferiu foi o local ao qual estávamos ocupando. Ali eles teriam que me olhar ao falar comigo, teriam que me ver como um homem qualquer, e talvez o mais aterrorizante pra eles, eu estar ali como um homem política e socialmente com o direito à ocupação e uso do espaço igual a deles. Essa mudança de lugar de fala foi inédita pra mim, pela primeira vez eu estava ereto na aula (pois a cisgeneridade também impõem disforias posturais). Eu pude finalmente colocar um limite às pessoas cis, nesse dia não vai ser em mim onde elas vão despejar suas ideias sobre meu corpo e minha existência.

Não tem sido fácil lidar com os olhares, mas a cada dia eu me sinto mais confiante sobre mim. O que machuca é pensar que eu só consegui estar ali porque me acostumei com esses julgamentos, eu não acho isso um mérito, acho violento. A minha turma e principalmente o meu grupo de estágio foi sempre muito acolhedor. No entanto, eu percebi muito os olhares de alunos de outras turmas, de semestre diferentes. Em um curso onde trabalhamos tanto com o corpo, a surpresa de ver mamas em um corpo não me surpreende, de novo, eu estou acostumado, mas me entristece, porque eu sei que mesmo com a transfobia estrutural, eu irei seguir no meu percurso até o final, mas e se fosse uma situação vivenciada por um paciente? E se fosse um outro/a aluno/a trans? Todas as pessoas têm a obrigação de conseguir lidar com essas situações?

Neste dia, uma fala de uma pessoa que ia ser atendida me chamou muito a atenção, a pessoa estava com vergonha de ficar sem camisa por conta do seu volume das mamas, de certa forma senti que tínhamos alguma ligação, afinal de certa forma esta pessoa também estava fora dos padrões normativos de corpo. Não sei se de alguma forma eu estar ali tenha deixado essa pessoa mais confortável, mas eu confesso que me senti menos sozinho. Viviane Vergueiro (2016) disserta sobre como a cisnormatividade apresenta imposições aos corpos cisgêneros, uma vez que eles não correspondem às expressões e performance de gênero cisnormativas.

Nesse sentido a teoria do transfeminismo aponta para uma perspectiva teórica que propõe a reivindicação de posições que impliquem na afirmação política dos corpos trans e corpos cis não normativos frente à cisheteronormatividade, a fim de desconstruir as imposições que o binarismo de gênero e suas perspectivas opressivas impõem. (CARVALHO, 2014; JESUS & ALVES, 2010).

Jaqueline de Jesus (2014) cita como o processo de “normalização” é uma ferramenta da cisgeneridade, que não reconhece e/ou inferioriza as diversidades de corpos e identidades que incluem mulheres cisgêneras histerectomizadas, mastectomizadas, homens cisgêneros orquiectomizados, penectomizados e relações afetivas heterossexuais com comportamentos divergentes dos papéis de gênero normativos e que, por isso, sofrem com processos de inteligibilidade enquanto sujeitos sociais. Ela ainda aponta sobre a importância da análise interseccional das opressões como racismo, sexismo, capacitismo e LGBTIfobia.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das minhas experiências costuradas às literaturas e às análises teórico reflexivas sobre os documentos analisados, pude refletir sobre o quão profundo, e ao mesmo tempo doloroso, encontra-se imbricada a transfobia estrutural aos processos de formação teóricos e práticos, as burocracias institucionais e as inter relações dentro e fora da Universidade. A análise documental apresentou uma preocupante lacuna curricular referente a falta de garantias de visibilidade e legitimidade de existências não normativas. Trouxe a este texto a descrição crítica de apenas alguns dos inúmeros eventos de preconceito e discriminações vivenciados, e ao reler a minha narrativa percebi o quanto minha formação acadêmica foi carregada por ressonâncias conservadoras de uma visão biomédica biologicista, onde processos de transfóbicas por vezes encontram mais espaços que eu, que corroboraram com períodos de adoecimento e estresses físicos e psíquicos.

9. REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Silvio de. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT* Brasília: MS; 2011.
- BUTLER, Judith. **Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.
- COSTA, Angelo Brandelli et al. Prejudice toward gender and sexual diversity in a Brazilian Public University: prevalence, awareness, and the effects of education. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 12, n. 4, p. 261-272, 2015.
- CARVALHO, N. S.; JESUS, J. G. Gênero e sexualidade: intersecções em disputa. **JESUS, JG Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, p. 69-84, 2014.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos, v. 11, n. 2, 2010.
- GAMA, Fabiene. **A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla**. Anuário Antropológico, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.
- GOULART, Vincent Pereira. O suicídio-homicídio de pessoas trans e a cisheteronormatividade: marginalização e extermínio. 2021.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- RODOVALHO, Amara Moira. Cis by trans. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 365-373, 2017.
- VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. In: **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. 2000. p. 133-133.
- LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, pág. 205-220, 2016.
- MEYER, Ilan H. Resiliência no estudo do estresse das minorias e saúde das minorias sexuais e de gênero. **Psicologia da Orientação Sexual e Diversidade de Gênero**, v. 2, n. 3, pág. 209, 2015.
- Miskolci, Richard. (2007). A Teoria Queer e a questão das diferenças. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf
- VALE, Otomie. Disforia de gênero: la psicopatologización de las sexualidades alternas. **Quaderns de psicologia. International journal of psychology**, v. 21, n. 2, p. e1478-e1478, 2019.
- VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]**. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: *Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.
- CARVALHO, N. S.; JESUS, J. G. Gênero e sexualidade: intersecções em disputa. **JESUS, JG Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, p. 69-84, 2014.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The processes of naming gender identities and bodies were historically agreed upon by a binary gender system, which socio-institutionally excludes all non-cisheteronormative identities, including trans. This article deals with memories and written records of my trajectory and place of speech as a trans man, student of the undergraduate course in physiotherapy at a public university in southern Brazil. This work aims to analyze the experiences that marked and shaped my trajectory of academic and personal (trans)formation as a trans student in a physiotherapy course. **METHODOLOGY:** This is a qualitative, self-ethnographic study, anchored in techniques for recording daily life and memories, collecting and analyzing documents. As an empirical methodological procedure, a documental analysis of the Pedagogical Project and of some teaching plans of compulsory subjects of the life cycles was carried out, which were sewn to the memories of important episodes of this trajectory, from a theoretical-reflective look. The main axes of analysis were the themes related to the construction of gender, academic and professional identity; the barriers encountered in the academic trajectories of trans people; and, more specifically, institutional and bureaucratic processes. **CONCLUSION:** The documental analyzes sewn to the records of memories showed that there was a gap in the technical/pedagogical approach to the themes of gender identity and sexuality in my professional training, which are related to some of the multiple structural transphobia situations experienced inside and outside of university walls and corroborated with processes of stress and illness of social minorities.

Keywords: Gender Identity; Transphobia; Education, Higher

RESUMEN

INTRODUCCIÓN: Los procesos de denominación de las identidades de género y de los cuerpos fueron históricamente consensuados por un sistema binario de género, que excluye socioinstitucionalmente a todas las identidades no normativas, incluidas las trans. Este artículo trata de memorias y registros escritos de mi trayectoria y lugar de discurso como hombre trans, estudiante de la carrera de fisioterapia en una universidad pública del sur de Brasil. Este trabajo tiene como objetivo analizar las experiencias que marcaron y moldearon mi trayectoria de (trans)formación académica y personal como estudiante trans en un curso de fisioterapia. **METODOLOGÍA:** Se trata de un estudio cualitativo, autoetnográfico, anclado en técnicas de registro de la vida cotidiana y de la memoria, recolección y análisis de documentos. Como procedimiento metodológico empírico, se realizó un análisis documental del Proyecto Pedagógico y de algunos planes de enseñanza de asignaturas obligatorias de los ciclos de vida, los cuales fueron cosidos a las memorias de episodios importantes de esta trayectoria, desde una mirada teórico-reflexiva. Los principales ejes de análisis fueron los temas relacionados con la construcción de la identidad de género, académica y profesional; las barreras encontradas en las trayectorias académicas de las personas trans; y, más específicamente, procesos institucionales y burocráticos. **CONCLUSIÓN:** Los análisis documentales cosidos a los registros de memorias mostraron que hubo un vacío en el abordaje técnico-pedagógico de los temas de identidad de género y sexualidad en mi formación profesional, que se relacionan con algunas de las múltiples situaciones de transfobia estructural vividas en el interior y en el exterior. fuera de los muros universitarios y corroborado con procesos de estrés y enfermedad de minorías sociales.

Palavra clave: Identidad de Género; Transfobia; Educación Superior

10. ANEXOS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE HOMOCULTURA

Diretrizes para Autores

Normas de Submissão e Formatação

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da colaboração em relação a todos os itens listados a seguir:

1. As contribuições devem ser condizentes com o foco da revista (Estudos sobre Gênero, Feminismos, Sexualidade, Raça, Etnia e Diversidades).
2. Devem ser originais, inéditas e não devem estar sob análise para publicação por outra revista.
3. Devem ser apresentadas para uma das seguintes seções: artigos, entrevistas, documentos, resenhas, trabalhos artísticos, ensaios, relatos de experiência e dossiês temáticos, por meio de cadastramento do usuário e inclusão do artigo neste site.
4. Os textos submetidos devem ter o formato *Microsoft Word*, devem seguir as regras abaixo e o modelo do arquivo deste [link](#).
5. O documento deve ser anexado sem menção da autoria e sem identificação nas propriedades e conter: a) título do trabalho em português e segunda língua (preferencialmente inglês, francês ou espanhol); b) resumo de até 300 palavras, em um parágrafo único; c) De três a cinco palavras-chave dispostas logo abaixo do resumo, formadas por expressões com no máximo três termos e separadas por ponto; c) *abstract*, *résumé* ou *resumen*, assim como *keywords*, *mots clefs* ou *palabras clave*, que sejam a tradução fiel e correta do resumo e palavras chave em português; e d) corpo do texto, incluindo notas e referências, tabelas, quadros e gráficos, quando utilizados, em conformidade com as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT.
6. Os textos devem ser compostos, preferencialmente, dos seguintes elementos, respeitando-se a política de cada seção: introdução – parte inicial, que compreende a delimitação do assunto

tratado, os objetivos do trabalho e outros elementos para situar o tema abordado; desenvolvimento – parte principal, na qual são feitas a exposição concisa do assunto tratado e a análise das informações utilizadas, podendo dividir-se em seções e subseções (todas enumeradas), conforme a abordagem do tema e do método, que deve ser explicitado; considerações finais – parte final, em que são apresentadas as conclusões e, opcionalmente, os comentários adicionais.

7. As siglas devem ser antecidas do nome por extenso e escritas em parênteses, sem pontos entre as letras. Algumas siglas dispensam a definição por extenso devido a sua popularidade. Siglas que tenham até três letras são grafadas em maiúsculas. Acima de três, usa-se apenas a inicial em maiúscula quando formarem palavras. As exceções são para siglas que foram instituídas com o formato próprio. As siglas em inglês e em espanhol, mesmo quando formam uma palavra, são escritas em caixa alta.

8. As notas de rodapé devem ser exclusivamente explicativas e numeradas.

9. Os quadros, gráficos, tabelas, mapas e imagens devem ser precedidos de numeração e título, trazer a indicação da fonte correspondente imediatamente abaixo (mesmo quando for elaboração própria). No caso de fotografias, indicar o crédito devido e a respectiva autorização quando nelas for possível identificar pessoas à exceção das submissões da seção Tessituras Artísticas que tem sua própria política.

10. Aspas, itálico e negrito. As aspas duplas devem ser utilizadas: no início e no final de citações que não ultrapassem três linhas; em citações textuais no rodapé; em expressões de idioma vernáculo usuais apenas em meio profissional; em termos relativizados, tais como gírias, apelidos, com sentido irônico ou fora do contexto; e, em definições conceituais de termos. O itálico deve ser adotado para: palavras ou expressões em outros idiomas; conceitos e categorias nativas; títulos de publicações (científicas, literárias, da mídia etc.); e, obras artísticas citadas no corpo do texto. O negrito deve ser usado para títulos, subtítulos e destaque nas referências bibliográficas.

11. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética.

12. As citações e referências de documentos devem obedecer, respectivamente, às NBR 10520 e NBR 6022 da ABNT.

13. As citações diretas, mediante transcrição literal de texto citado, que não comecem no início da frase devem ser precedidas de [...], e o mesmo se aplica nos casos em que elas não acabarem em ponto.

14. As propostas de contribuição que não estiverem de acordo com as orientações fixadas poderão ser rejeitadas.

15. A remessa espontânea de qualquer contribuição inédita implica automaticamente a cessão de direitos autorais (reprodução/divulgação) à REBEH, assim autorizada à publicá-la. Reservados os direitos da revista, fica autorizada a reprodução posterior desses trabalhos, sob a condição de que seja mencionada a publicação original na REBEH, inclusive em caso de tradução.

16. A política de retratação, preocupação, redundância, dentre outras seguirão as orientações do COPE disponíveis em <https://publicationethics.org/files/retraction%20guidelines_0.pdf>.

17. Para artigo de tema livre ou dossiê temático o número máximo de laudas é de 25; as resenhas não devem exceder 5 páginas; os relatos de experiência devem ter entre 7 e 15 páginas; os ensaios podem ser submetidos com até 20 páginas.

18. Nas sessões de Dossiê Temático, o artigo deve ter na autoria ao menos um/a autor/a com titulação mínima de Mestre.

19. Nas sessões de Ensaio, Resenhas, Tessituras Artísticas e Relatos de Experiência, é permitido que a/o autor/a da publicação seja graduando/a e mestrando/a sem a necessidade de um/a Mestre/a ou Doutor/a em co-autoria.

20. Em Tema Livre, é permitida a publicação de artigo com autoria de Mestrandas/os, Doutorandos/as e Doutores/as.

21. Fica vedada a publicação de mesma autoria por dois números consecutivos na REBEH, devendo a/o autor/a aguardar o intervalo de um número para uma nova publicação. Exceto

nos casos da/o autor/a ter sido convidada/o a contribuir com aquele número pelo Editorial Chefe ou coordenação de Dossiê Temático.

22. É de inteira responsabilidade da/o autor/a a revisão textual ortogramatical, adequação as normas e ao Template da REBEH.